

**PKS**

**REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA**

**OJS**

PUBLIC

**(RECIFE)**

OPEN

KNOWLEDGE

JOURNAL

PROJECT

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

SYSTEMS

---

## EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA MIRADA DESDE DA LUTA DE CLASSES

*Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira (UFMA / UFPE)*  
[alexandrepfm@gmail.com](mailto:alexandrepfm@gmail.com)

*Artigo recebido em 14/12/2017 e aceito em 05/01/2018*

---

**RESUMO:** A educação, em sua institucionalização, representa um instrumento de manutenção das relações sociais hegemônicas, onde o papel do Estado, a partir de sua relação com o grande capital, implementam políticas para que a escola atenda aos interesses dos seus pares, ou seja, a educação/escola é um instrumento de reprodução das relações capitalistas de produção. No entanto, a escola também pode ser considerada como um espaço contra-hegemônico, um espaço de possibilidades para os sujeitos que lutam e constroem seus territórios para além das relações hegemônicas. O território passa a ser um elemento fundante para compreender não só o papel da escola no desenho societário, como também, visibilizar as estratégias da reprodução metabólica e de subordinação do capital, onde o conflito territorial subsidia a compreensão da dinâmica da luta de classes. No presente texto buscaremos compreender a relação entre escola, território e a (re)produção das relações sociais.

**Palavras Chaves:** Educação. Território. Luta de classes. Estado

---

## EDUCATION AND TERRITORY: A LOOK AFTER FIGHTING CLASSES

**ABSTRACT:** Education, in its institutionalization, represents an instrument for the maintenance of hegemonic social relations, where the role of the State, based on its relation with the great capital, implements policies so that the school serves the interests of its peers, that is, the education / school is an instrument of reproduction of capitalist relations of production. However, the school can also be considered as a counter-hegemonic space, a space of possibilities for the individuals who fight and build their territories beyond the hegemonic relations. The territory becomes a founding element to understand not only the role of the school in the societal design, but also to visualize the strategies of metabolic reproduction and subordination of capital, where territorial conflict subsidizes the understanding of the dynamics of the class struggle. In the present text we will try to understand the relation between school, territory and (re) production of social relations.

**Keywords:** Education. Territory. Class struggle. state

## Introdução

Analisar a educação no viés geográfico é compreender qual o papel que esta desenvolve na formação espacial, como a educação estabelece e é estabelecida nas relações sociais e que relações sociais são estas, ou seja, qual o desenho societário que a educação vem contribuindo em estabelecer.

Assim, a educação que, segundo Orso (2008) pode ser tanto formal, as que são desenvolvidas nas instituições escolares, como informal, desenvolvidas em diferentes âmbitos e organizações sociais, por exemplo, os próprios movimentos sociais considerados como processo pedagógico.

Nesse texto, nos limitaremos em compreender a educação em seu sentido formal, qual o papel da escola, enquanto instituição na sociedade atual. Outro elemento que nos norteará nessa análise é a questão do território, enquanto materialização das relações de poder, em sua conceituação mais clássica na geografia. Assim, pretendemos relacionar a educação, no caso a escola, e o território, partindo principalmente da questão dos conflitos territoriais.

Dentro da existência de vários métodos, das várias abordagens de se analisar o espaço (LEFEBVRE, 2008), consideraremos o espaço como produção social, como definido por Lefebvre, em oposição a produção do espaço instrumental, baseado na racionalidade cartesiana, da engenharia, da arquitetura, do ordenamento territorial e do planejamento. Ainda segundo o autor, o espaço é uma totalidade, o *locus* da (re)produção social. Não é neutro, senão político, cultural, econômico, signo e significado. O espaço manifesta os sistemas de dominação: por tanto, o capitalismo e o patriarcado (IBARRA GARCÍA, 2012).

Nesse sentido, Lefebvre nos diz que:

É o espaço e pelo espaço onde se produz a reprodução das relações de produção capitalista. O espaço torna-se, cada vez mais, um espaço instrumental. A elaboração de tudo isto é consequência de uma classe social, os tecnocratas. O espaço torna-se um espaço abstrato. Este espaço tem várias propriedades bem definidas, especialmente em ser o espaço da propriedade. [...]. Porém, essa reprodução através do espaço é cada vez mais incerta, porque este espaço está em si mesmo completo de contradições (2008, p.224).

Assim, podemos afirmar, segundo as considerações desenvolvidas por Lefebvre (2008), que o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, podemos desenvolver as seguintes considerações, partindo da ideia da determinação do modo de produção na produção do espaço: O modo de produção, no nosso caso o capitalista, desenvolve relações sociais de produção específicas, como trabalho assalariado, propriedade privada, etc., enfim, relações desiguais, e estas relações desiguais vão definir a organização da

sociedade, no caso em classes sociais, o espaço, como resultado da relação sociedade/natureza, sendo esta mediada pelo trabalho, será um espaço do capital, ou seja, um espaço desigual.

Assim, segundo Lefebvre (2008, p.57), “as contradições do espaço não advêm de sua forma racional. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”. É na desigualdade espacial, nas contradições postas no espaço que os movimentos sociais latino-americanos lutam e conquistam seus territórios, partindo de uma lógica contrária a lógica hegemônica do espaço do capital.

Segundo Oliveira e Marques (2004, p. 40), “são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território”.

Ainda segundo os autores supracitados, sobre o processo de construção dos territórios, eles nos afirmam que:

A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado (p.40).

Entendemos, assim, o território, segundo Raffestin (1993), como fruto do tripé espaço, tempo e relações sociais. Percebemos que o termo território nada tem de linear, pois os elementos que o compõem também não são. Portanto, a concepção de território deve partir da compreensão da síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção. Nesse sentido, o território é a materialidade da luta de classe (OLIVEIRA e MARQUES, 2004).

Nesse sentido, compreender a construção do território a partir das relações sociais estabelecidas em um dado espaço ao longo do tempo entende-se que, na atualidade, ele é materialização dos conflitos gerados no bojo do modo capitalista de produção.

### **Educação e Conflito Territorial**

Ao se analisar o processo da educação percebe-se que ela só pode ser feita por meio da noção de totalidade. O indivíduo se apresenta como um todo onde vários fatores interagem. Além do indivíduo com tal, há ainda a totalidade formada por ele com seu meio. O indivíduo assim considerado pode se apresentar como educador ou como educando, resultando desse processo um constante esforço de adaptação em busca de equilíbrio. Toda ação, toda atividade que leva a um comportamento resulta da tentativa de restabelecer um equilíbrio rompido ou não atingido, na busca da adaptação (WERNECK, 1982).

Segundo Gramsci (1998) a educação e, em especial a escola, tanto pode ser um instrumento

de controle social e reprodução das relações capitalistas, denominada de instrumento de dominação cultural, onde a classe dominante junto com Estado determinam o modelo educacional, como também instrumento de tomada de consciência de classe para a emancipação humana e a construção de um processo contra-hegemônico e, conseqüentemente, um novo modelo societário.

Analisando o papel da educação e da escola em Gramsci, Gonzales (s.d) afirma que:

A educação para Gramsci desempenha um papel fundamental tanto na consolidação da hegemonia como na formulação da contra-hegemonia. Para o autor a hegemonia é assegurada pelos organismos privados e não inteiramente pelo Estado. A organização escolar, ao lado de outras instituições da sociedade civil, auxiliam na consolidação da hegemonia que é exercida essencialmente em nível da cultura e da ideologia. O sistema educacional se constitui num dos canais onde se dá a produção e a difusão da ideologia. Nesse sentido, "a escola é o instrumento para formar intelectuais de vários níveis". No sistema educacional burguês tradicional são formados os intelectuais orgânicos da classe burguesa que contribuem para a manutenção da hegemonia. Existem nesse grupo de intelectuais indivíduos que têm uma concepção de mundo que transcende os seus interesses de classe e auxiliam na formulação da contra-hegemonia. Esses dois tipos de intelectuais são formados na escola mas, no que se refere a esse último grupo, a sua consciência é formada fora da escola, isto é, no partido político. O mesmo acontece com os intelectuais orgânicos não profissionais (p.01).

Partindo do entendimento de Gramsci sobre a escola é que analisamos o papel que esta instituição vem desenvolvendo na sociedade, no caso, o de garantir a reprodução das relações hegemônicas do capital, pois, como afirma Marx e Engels na Ideologia Alemã: "A classe que tem os meios da produção material a seu dispor, tem o controle simultâneo sobre os meios de produção mental" (200user, p.23). A teoria marxista interpreta a educação como o espaço onde se desenvolve o conhecimento que permite a transformação ou a manutenção do estado social.

Ainda na perspectiva marxista sobre a educação, destaca-se a assertiva de que a escola e a educação respondem aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, alinhamo-nos a afirmação de Grass (1980):

Na sociedade de classes a educação é um fenômeno de luta de classes, que a educação responde sempre as necessidades de uma classe para a manutenção de sua dominação. Uma classe, qualquer que seja, educa sempre a geração mais jovem segundo a concepção de mundo e a linha política que são próprias, com objetivo de formar a seus sucessores e consolidar sua dominação (p. 104).

A partir da centralidade do trabalho na análise geográfica da sociedade, e no caso específico, no papel da educação/escola na (re)configuração do desenho societário, o conflito territorial subsidia a compreensão da dinâmica da luta de classes. Assim, os conflitos territoriais nos colocaria diante da trama da luta de classes e a partir da trama da luta de classes que entendemos

as formas de dominação e subordinação (THOMAZ JR., 2015)<sup>1</sup> e aqui entra a educação, como uma das várias facetas do capital para garantir sua reprodução, como processo de territorialização da sua ideologia como ações e mecanismos invisibilizados, garantindo a manutenção do sistema metabólico e manipulatório do capital.

### Educação na sociedade de classes

A ação educativa não é uma prática autônoma, ela reflete, em certa medida, uma teoria da sociedade sob enfoque educacional. O processo educacional se desenvolve dentro de uma estrutura social, em que as várias partes interagem continuamente.

Estudar a educação na sociedade de classes, significa integrar em sua análise as condições materiais em que se desenvolve, incorporar *o aqui e o agora*, sem deixar de considerar que estes são produtos da contradição entre as classes sociais por e para manutenção do poder. Sobre essa relação, Poulantzas (1971) afirma que:

Las relaciones de poder, que tienen como campo las relaciones sociales, son relaciones de clase, y las relaciones de clase son relaciones de poder, en la medida en que el concepto de clase social indica los efectos de la estructura sobre las prácticas, y el poder los efectos de la estructura sobre las relaciones de las prácticas de las clases en lucha (p. 122-123)

Já sobre o papel do Estado nessa relação o autor supracitado afirma que:

La función del Estado respecto a lo ideológico consiste, mencionémoslo aún como mera indicación, en su papel en la educación, la enseñanza, etcétera. En el nivel propiamente político, el de la lucha política de clases, esa función del Estado consiste en la conservación del orden político en el conflicto de clases (p. 56)

Assim, podemos sustentar que na política se sintetiza os interesses econômicos, sociais e ideológicos das classes sociais em conflito pelo controle da sociedade e do Estado. A educação se encontra nesta luta e é nela onde se desenvolve sua verdadeira existência.

Segundo Mészáros (2008), os processos educacionais estão intimamente ligados aos processos sociais mais abrangentes de reprodução. Logo, a escola vem fazer parte dos instrumentos necessários para garantir a reprodução e, conseqüentemente, a manutenção das relações sociais de produção. Ainda segundo o autor:

A educação institucionalizada, especialmente nos último 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os

<sup>1</sup> Apresentação da Mesa Redonda intitulada “Agrohidronegócio e os conflitos pelo uso da água” em Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015.

interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “institucionalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação cultural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (2008, p.35).

Considerando-se que um dos elementos que direciona o raciocínio e a ação das classes dominantes é a manutenção e perpetuação do poder político e econômico, é inegável que a educação, a pedagogia e a educação escolar estão intimamente relacionadas com a luta de classes e com as formas pelas quais as classes dominantes agem para manter e perpetuar o seu poder (PONCE, 2001, p.169).

Levando em consideração a educação na sociedade de classes e esta como ferramenta de manutenção do *status quo*, é que podemos afirmar que esta insere-se no conceito de *aparato ideológico do Estado* desenvolvido por Althusser (1985) ao afirmar que o Estado possui a necessidade de dominar a sociedade não só mediante a coerção e violência, se não que é capaz de conseguir seus objetivos mediante a persuasão e convencimento através da mediação ideológica, onde a educação e a escola possuem um papel fundamental.

Sendo a educação um instrumento do Estado e da classe dominante para sua perpetuação no poder é que Bourdieu e Passeron (1981) consideram essa influência ideológica como *violência simbólica*, a qual é a imposição dos valores dos grupos dominantes considerados “legítimos”. Assim o Estado executa a violência física com seu aparato repressor na sociedade como um todo e na escola pratica a violência simbólica. Nesse sentido, os autores afirma que “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica imposta por um poder arbitrário, por uma arbitrariedade cultural (1981, p.45).

Assim, a educação expressa as relações de força que se instauram entre as instancias totalmente determinadas pela ideologia, refletindo sempre o poder do grupo social mais forte. Ainda segundo os autores:

A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária, na medida em que as estruturas e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, uma vez que não estão unidas por nenhuma espécie de relação interna à “natureza das coisas” ou a uma “natureza humana” (p.23).

Nesse sentido, a prática educativa não é apenas influenciada pela ideologia, mas totalmente determinada por elas, sendo uma forma de dominação por meio de uma violência simbólica. A práxis educativa resultaria das condições sociais de sua produção e reprodução, promovendo as novas interpretações e reestruturações necessárias para sua manutenção.

A função da escola na sociedade de classe não pode ser analisada como uma instituição isolada, mas como parte do aparelho de ação da sociedade capitalista, assim, caracteriza-se, de

acordo com Althusser (1985), como “aparelho ideológico de Estado”, garantindo a reprodução das relações materiais e sociais de produção.

A escola, juntamente com a reprodução da força de trabalho justifica e legitima a estrutura de classes, disfarçando suas diferenças e conflitos. A sua atuação se desenvolveria no nível da ideologia e por meio dela promovendo uma submissão à ideologia dominante para a classe trabalhadora.

Assim, pelo sistema educacional, seria reproduzida a ideologia e, ao mesmo tempo, a estrutura de classes na qual se baseia o Estado capitalista. A função da reprodução dessa ideologia se manifesta no plano das representações simbólicas, como também da própria realidade social. Sendo essas funções interligadas, caberia ao sistema educacional garantir a reprodução das relações sociais de produção, por meio da transmissão da ideologia, além da reprodução das relações sociais de trabalho e de classe (WERNECK, 1982).

Segundo Ponce (2001), a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência, assim, pedir ao Estado que deixe de interferir na educação é o mesmo que pedir-lhe que proceda dessa forma em relação ao Exército, à Polícia e à Justiça.

É nesse sentido que Althusser (1989) considera tão importante nas formações capitalistas o aparelho ideológico escolar, que teria a função de garantir a reprodução das relações de produção, ou como diz, das relações de exploração capitalista. Assim, a educação se caracteriza por ser operatórias e não apenas teóricas, ela visa a ação para objetivos específicos.

É considerando a educação como aparelho ideológico do Estado que, no Brasil, vem desenvolvendo-se ofensivas sobre determinadas posturas ideológicas por parte dos professores e é entendendo o poder da escola na formação política dos alunos que em Março de 2005, o deputado federal Izalci, do PSDB/DF apresentou um Projeto de Lei intitulado “Escola sem Partido”<sup>2</sup>, com objetivo de impedir que o professor assuma uma postura ideológica contrária aos interesses do Estado. Dentre os deveres dos professores descrito no Projeto, estão:

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.

II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (PL 867/2015).

<sup>2</sup> <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>

Tal tentativa de coibir qualquer tipo de posicionamento político por parte dos professores, impedindo, assim, uma análise mais crítica dos fenômenos sociais, fez com que o referido Projeto de Lei ficasse conhecido como “Lei da Mordaca”. Dentre algumas justificativas encontradas no texto do Projeto, estão:

9 - Ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o bullying político e ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas. Em certos ambientes, um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas. E isso se deve, principalmente, ao ambiente de sectarismo criado pela doutrinação;

11 - A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático, na medida em que ela instrumentaliza o sistema público de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de determinados competidores;

13 - E não é só. O uso da máquina do Estado – que compreende o sistema de ensino – para a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus agentes é incompatível com o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado, com o princípio republicano, com o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei) e com o princípio do pluralismo político e de ideias, todos previstos, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal

16 - Finalmente, um Estado que se define como laico – e que, portanto deve ser neutro em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião (PL 867/2015).

Como podemos observar, tanto os deveres dos professores como as justificativas encontradas no Projeto de Lei, não sustentam, cientificamente e pedagogicamente, tal propositiva. No entanto, projetos de leis semelhantes a este já foram aprovados em Câmaras de Vereadores pelo Brasil, por exemplo, nos municípios de Santa Cruz do Monte Carmelo-PR e Picuí-PB.

No Rio de Janeiro, uma Lei como esta já foi apresentada na Câmara de Vereadores, no entanto, mesmo antes de sua apreciação o município já vem reprimindo posturas políticas contrárias aos seus interesses por parte de professores, como exemplo disto, foi a demissão, em Maio de 2015, de um professor de geografia que criticava as políticas da Secretaria de Educação<sup>3</sup>.

Tal iniciativa de apresentar o Projeto de Lei 867/2015, parte do entendimento do poder político da escola no processo de conscientização dos educandos da situação existencial envolvendo

<sup>3</sup>[http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/id/4487/nome/Lei\\_da\\_mordaca\\_chega\\_ao\\_Rio\\_Professor\\_e\\_demitido\\_por\\_postagens\\_no\\_Facebook](http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/id/4487/nome/Lei_da_mordaca_chega_ao_Rio_Professor_e_demitido_por_postagens_no_Facebook)

os aspectos científico, político, social, econômico, etc.

Sobre o papel da escola na formação crítica dos sujeitos e na denúncia das relações sociais postas, Gentili (1995):

A escola deve contribuir para tornar visível o que o olhar normalizador oculta. Deve ajudar a interrogar, a questionar, a compreender os fatores que historicamente contribuíram na produção da barbárie que supõe negar os mais elementares direitos humanos e sociais às grandes maiorias. A escola democrática deve ser um espaço capaz de nomear aquilo que, por si mesmo, não diz seu nome, que se disfarça nos grotescos eufemismos do discurso light, cortês, anorético. O discurso cínico dos nossos governos, dos mercadores da fé, do empresariado sensível e dos druidas tecnocráticos que, em voo rasante, procuram interpretar a realidade a partir dos gabinetes ministeriais (p. 42).

Desta forma, podemos dizer que se a educação, historicamente, tem contribuído para legitimar processos de exclusão, pois a classe dominante vem utilizando-se da mesma para garantir sua dominação social. Isso não significa que não possamos vislumbrar práticas educativas sensíveis aos excluídos (PAVAN, 2005) e que possam contribuir para uma possível ruptura nas relações sociais vigentes.

A burguesia, enquanto classe dominante, vem exercendo sua influência ideológica nas escolas, propagando sua cultura, suas práticas, sua racionalidade, logo esses tipos de medidas legais para impedir uma reflexão e um debate mais crítico nas escolas, ao contrário de formar uma “escola sem partido”, fortalece os ideais liberais defendidos pelo Estado (OYAMA, 2010).

Sobre a apropriação da educação pela burguesia, Lenin afirma que:

Uma dessas hipocrisias da burguesia é a crença segundo a qual a escola pode ser apartada da política. Vocês sabem tão bem quão falsa essa crença é. A própria burguesia, a qual advoga esse princípio, faz sua própria política burguesa a pedra angular do sistema escolar, e tenta reduzir a escola ao treino de servos dóceis e eficientes à burguesia, reduzir a educação universal para o fim de treinar servos dóceis e eficientes para a burguesia, de escravos e instrumentos do capital. A burguesia nunca pensou em dar a escola o sentido de desenvolver a personalidade humana. E agora isso é claro para todos aqueles que trabalham pela escola socialista, que criaram laços inseparáveis com todos os trabalhadores e pessoas exploradas e apoia com sinceridade a política soviética. (LENIN [proferido em 14 de janeiro de 1919], 2002, p.1-2)

A teoria marxista interpreta a educação como o espaço onde se desenvolve o conhecimento que permite a transformação ou a manutenção do estado social. Esta tendência considera que a formação deve ir em conjunto com:

A formação educativa intelectual. Uma educação corporal, tal como se

faz com os exercícios físicos e militares; e uma educação tecnológica, que recorre aos princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e aos adolescentes o manejo das ferramentas elementares das diversas frentes industriais” (MARX e ENGELS, 1978, p.100-101).

Assim, podemos considerar que a educação deve ser baseada em três pilares fundamentais, a formação intelectual, a física e a unidade entre a escola e trabalho.

Os valores hegemônicos na sociedade classista, que são propagados por diversos meios de comunicação, pela escola, pela universidade, são os que afirmam a competitividade, a concorrência, o individualismo, a livre-iniciativa no mercado capitalista, a criatividade como forma de aumentar a produtividade e, por conseguinte, a lucratividade, a inventabilidade como método intelectual de auto exploração. Podemos afirmar que esta é a pedagogia do capital que engloba as subjetividades domesticando-as para a devida adequação e adaptação ao existente (ZART e GITAHY, 2010).

Dentro de uma sociedade de classes, aquela que domina materialmente é também a que domina com sua moral, a sua educação e suas ideias. Assim, nenhuma reforma pedagógica fundamental pode impor-se antes do triunfo da classe revolucionária que a reclama (PONCE, 2001).

Nesse sentido, podemos afirmar que a educação não possui posições neutras, ela conserva o interesse de gerar, promover e propiciar projetos para a realização de interesses sociais.

### **Considerações Finais**

A educação deve promover uma mudança na maneira de ser do educando, uma mudança nas atitudes, no comportamento, assim, não se pode considerar bem sucedido um tipo de educação que desencadeie um novo tipo de pensar, mas não de agir (WERNECK, 1982).

Para Pavan (2005), apesar do controle hegemônico apresentar-se de forma complexa, duradoura e resistente, há tentativas de miná-lo tanto do ponto de vista ideológico como econômico. Nesse sentido, concordamos com Mayo (2004, p. 39), que afirma que a hegemonia caracteriza-se por um conjunto de aspectos: “tem uma natureza não estática (está constantemente aberta à negociação e renegociação e, portanto, a ser renovada e recriada); é incompleta, seletiva, e existem momentos nos quais todo processo passa por uma crise”. Segundo o autor:

Isso indica que pode haver espaço para uma atividade contra-hegemônica, a qual pode ser muito efetiva em momentos altamente determinados. Também há áreas excluídas da vida social que podem constituir um terreno de contestações para as pessoas envolvidas nessas atividades contra-hegemônicas (MAYO, 2004, p. 39-40)

Assim, a partir da leitura da teoria crítica, a escola é um espaço de possibilidades (GIROUX, 1997), onde se pode construir a contra-hegemonia. Da mesma forma, os educadores

também são vistos como sujeitos capazes de lutar contra o pensamento hegemônico por meio da construção de uma reflexão crítica superativa.

Para compreender a educação de uma forma mais ampla, necessitamos compreendê-la não apenas como discurso filosófico ou técnico pedagógico, normas legais ou programas educativos, tampouco pensa-la de maneira restringida, pensa-la como atividade limitada ao sistema escolar e sim considera-la como espaço onde se desenvolve a luta pelo controle da cultura, do conhecimento e da ideologia, lugar onde se efetua o combate pela hegemonia. Ao mesmo tempo, não podemos negar a função essencial da escola como agência privilegiada na reprodução social.

Devendo promover a emancipação, a educação se faz por meio de uma consciência crítica que permita maior comunicação entre os homens. É nesse entendimento e para superar a propagação da ideologia da classe dominante nas escolas, é que os movimentos sociais apropriam-se desses espaços com objetivo de desmascarar as ideias liberais que propagam o *status quo* da sociedade de classes.

## Referencias

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BOURDIEU, P. & PASERON, J-C. *La reproducción. Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*. Barcelona: Editora Laia, 1981.
- GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIROUX, Henri. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes médicas, 1997. p. 157-163.
- GONZALES, Wânia R. Coutinho. *Gramsci e a Organização da Escola Unitária*. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/221/boltec221c.htm> Acessado em: 29/11/2015.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GRASS, A. *Sociología de la educación. Textos fundamentales*. México: FCE, 1980.
- IBARRA GARCÍA, Maria Verônica. *Espacio: elemento central en los movimientos sociales por megaproyetos*. Revista Desacatos, nº 39, mayo-agosto 2012.
- KAZUHIRO KOTAYASHI. José Maria. *La Educación en la Historia de México*. El Colegio de México. México, 1992
- LEFEBVRE, Henri. *España e política*. Editora da UFMG, 2008.
- LENIN, V. First all-Russia Congress on Adult Education. 2002. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/may/06.htm>.

MARX, Karl. & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo, 2004.

MAYO, P. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

ORSO, Paulino José, GONÇALVES, Sebastião e MATOS, Valci (Orgs.). *Educação e lutas de classes*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

OYAMA, Edison Tiuitiro. *Lenin, educação e revolução na construção da república dos soviets*. Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado). Niterói, 2010.

PAVAN, Ruth. *A educação, o/a educador/a e a exclusão social*. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 20, p. 205-218, jul./dez. 2005.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POULANTZAS, Nicos, *Poder político y clases sociales en el estado capitalista, Siglo XXI*, México, 1971.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

WERNECK, V. R. *Ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo*. Petrópolis: Vozes, 1982

ZART, Laudemir Luiz, GITAHY, Leda. *ARTICULAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma leitura sócio-histórica da construção de dois projetos distintos*. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 34, p. 121-130, jul./dez. 2010.